



MAIS QUE EMBRULHO DE PEIXE: O PRODUTO JORNALÍSTICO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DA MEMÓRIA COLETIVA¹

TAPIA, Camila, mestranda em Comunicação, Universidade Federal de Goiás (UFG), GO²

Resumo

O jornalismo trabalha essencialmente com as narrativas dos fatos da vida. A memória coletiva transforma essas narrativas em recordações perenes da história da humanidade. Em uma revisão bibliográfica que tece caminhos entre teóricos do jornalismo, da sociologia e da história, este artigo propõe refletir sobre o valor do produto jornalístico para a manutenção da memória coletiva, a partir da perspectiva de comunicação como processo histórico-social-cultural-dialético de produção de sentidos capaz de influenciar o arcabouço histórico das sociedades. Discorre-se sobre o espectro de vivência dos indivíduos no mundo e como os acontecimentos alheios a eles são-lhes dados ao conhecimento e lembrança. Debate-se os elementos constitutivos da memória coletiva e como estes podem ser construídos de forma mais ou menos consciente. Mostram-se as aproximações entre as áreas de comunicação e história, bem como entre memória e identidade. Por fim, conclui-se que o que na memória coletiva é gravado, armazenado, excluído ou mantido é resultado de um processo de organização e construção, no qual o jornalista atua como importante organizador-construtor.

Palavras-chave: jornalismo, memória coletiva, história, narrativas.

Resumen

El periodismo trabaja esencialmente con las narrativas de los hechos de la vida. La memoria colectiva convierte esas narrativas en memorias perenes de la historia de la humanidad. En una revisión bibliográfica que teje caminos entre teóricos del periodismo, de la sociología y la historia, este artículo propone reflexionar sobre el valor del producto periodístico para el mantenimiento de la memoria colectiva, desde la perspectiva de la comunicación como proceso histórico-social-cultural-dialético de producción de sentidos capaz de influir en el marco histórico de las sociedades. Se discute el espectro de experiencias de los individuos en el mundo y cómo los eventos ajenos a ellos se les transmiten al conocimiento y la memoria. Se debaten los elementos constitutivos de la memoria colectiva y cómo se pueden construir de forma más o menos consciente. Se muestran las aproximaciones entre las áreas de comunicación e historia, así como entre memoria e identidad. Finalmente, se concluye que lo que en la memoria colectiva es registrado, almacenado, borrado o mantenido es el resultado de un proceso de organización y construcción, en el que el periodista actúa como un importante organizador-construtor.

Palabras-llave: periodismo, memoria colectiva, historia, narrativas.

¹ Trabalho apresentado no **GT Historiografia da Mídia** do 5º Encontro Regional de História da Mídia – 5º Alcar Centro-Oeste.

² Jornalista mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de pesquisa Mídia e Cultura, onde pesquisa o uso de técnicas de literatura para a produção jornalística. É graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), especialista em Jornalismo Cultural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e escritora. Endereço eletrônico: camilatapia@discente.ufg.br



Introdução

O jornalismo trabalha essencialmente com os fatos da vida. Fatos esses que, conhecidos, ajudam a entender quem somos, de onde viemos e para aonde vamos. Será um fim digno que suas produções terminem por embalar objetos antes da mudança para a casa nova ou envolver os peixes comprados para o almoço de domingo? Ainda que bom protetor de vidros quando em formato impresso, e para além de seus propósitos fundamentais de garantia ao acesso à informação e valorização do interesse público, o trabalho jornalístico perpassa as linhas da história cultural e social, atingindo as memórias das sociedades.

Na memória coletiva, as narrativas da humanidade são transformadas em recordações perenes de sua história. Produto de pesquisa bibliográfica que tece caminhos entre teóricos do jornalismo, da sociologia e da história, este artigo objetiva refletir sobre o valor do produto jornalístico para a manutenção da memória coletiva, a partir da perspectiva de comunicação como processo histórico-social-cultural-dialético de produção de sentidos capaz de influenciar o arcabouço histórico das sociedades.

Com base nas proposições de Maria Aparecida Bacega (1996) e Ecléa Bosi (1977), discorre-se sobre o espectro de vivência dos indivíduos no mundo e como os acontecimentos alheios a eles são-lhes dados ao conhecimento e lembrança. Debate-se os elementos constitutivos da memória coletiva e como estes podem ser construídos de forma mais ou menos consciente, considerando as definições de Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1992) e Pierre Nora (1993). Mostram-se aproximações entre as áreas de comunicação – com destaque para o jornalismo – e história, bem como entre memória e identidade, com as conceituações desta por Stuart Hall (2007) e Manuel Castells (1999) e as contribuições no campo histórico-comunicacional de Marialva Carlos Barbosa (2017, 2019), Sérgio Gadini e Felipe Adam (2019), Camila Freitas e Márcia Benetti (2015), Ronaldo Henn (2006) e Marcos Palacios (2010).

Da memória enquanto zona de disputa e das contribuições jornalísticas para a formação de uma memória, inclusive a oficial, na ideia representativa de uma identidade nacional, parte-se às pontuações de Isabel Babo (2018) para aproximar da contemporaneidade hiperconectada a discussão dos agenciamentos da memória por parte das narrativas



jornalísticas. Por fim, conclui-se que o que na memória coletiva é gravado, armazenado, excluído ou mantido é resultado de um processo de organização e construção. Seja em suportes digitais ou tradicionais, o jornalista atua selecionando, averiguando, registrando e tornando públicos os acontecimentos e as narrativas. Atua, portanto, como organizador-construtor do processo que resulta na formação, arquivamento e manutenção da memória coletiva.

O mundo das coisas contadas e a expansão dos círculos de experiência restritos

Maria Aparecida Bacega (1996, p. 7) aponta como, quando nascemos, encontramos uma história em processo:

[...] É como se estivéssemos tomando um trem que está vindo de muitas e muitas outras estações. Ele carregou milhões de pessoas que já realizaram, juntas, um número incontável de ações. Elas construíram um jeito de ser, de viver, de “entender” o tempo e a realidade cotidiana. Entramos nesse trem, banhamo-nos nessa cultura.

As ações realizadas se manifestaram numa pluralidade de significações registradas pelas palavras nos discursos. São essas as palavras que usamos para nos comunicar. São elas que nos entregam “descrito” e “interpretado” pelas gerações anteriores o pequeno espaço do mundo que temos para viver.

Ecléa Bosi (1977, p. 77), ao refletir sobre onde começam as ideias das coisas e como elas chegam até nós, mostra-nos que “o nosso círculo de experiência é limitado” e, embora tenhamos a ilusão de participar intensamente do mundo, nossa atividade como sujeitos ativos e participativos é exercida dentro da vivência de um espaço, em realidade, pequeno e restrito, submetido à confiança social.

Conhecemos algumas pessoas, algumas coisas, alguns pedaços de paisagens, de ruas, alguns livros. Presenciamos *alguns* fatos, mas não presenciamos a maior parte dos fatos sobre os quais conversamos. Confiamos, porém, nas pessoas que viveram e presenciaram esses fatos, e o pensamento e o discurso cotidiano se alimentam dessa confiança social. (BOSI, 1977, p. 77)

São as testemunhas que fornecerão a oportunidade de que os fatos dos quais foram partícipes sejam conhecidos por outros que não os viveram nem observaram diretamente. Isto muitas vezes através de seus relatos como fontes nas produções dos profissionais do jornalismo. Nem sempre há oportunidade de conhecer pessoalmente aqueles que presenciaram



os acontecimentos, mas os produtos jornalísticos, elaborados a partir de informações colhidas com essas e outras fontes, estão amplamente disponíveis em variados formatos.

O mundo contado é estranho ao locutor e ao ouvinte, que não são os construtores da ação. O jornalista investiga o acontecimento e seus pormenores, relata o que averiguou, o que descobriu, viu, leu ou ouviu, e é por meio de sua narrativa que o leitor/ouvinte/espectador se insere no chamado mundo das coisas contadas (BARBOSA, 2007).

Nossa memória e a memória nossa dos outros

Michael Pollak (1992) entende como elementos constitutivos da memória, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente; em segundo, os vividos por tabela. Refere-se a estes últimos como aqueles acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual se possa pertencer ou, indo mais longe, a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo e que promovem uma herança de memória, através da projeção ou identificação com determinado passado por meio de socialização política e/ou histórica.

Além dos acontecimentos, a memória é constituída por pessoas/personagens e lugares, ambos também submetidos às três circunstâncias de conhecimento e ligação descritas acima. Pollak (1992) indica, ainda, que a memória é seletiva, ou seja, nem tudo fica guardado ou registrado. Nesse ponto, convergem jornalismo, memória e história social.

O jornalismo e a história são gêneros de discurso que contam as experiências dos sujeitos, os grandes e os pequenos acontecimentos, a vida cotidiana, as relações que estruturam o poder e a vivência do homem em sua temporalidade. Ambos trabalham com a construção da memória, esta rede difusa e sempre aberta de informações constituída pelos documentos e pelas lembranças. (FREITAS; BENETTI, 2015, p. 1)

Marialva Carlos Barbosa (2017, 2019) produz em suas análises aproximações entre comunicação e história, nas quais coloca como ponte significativa a questão da temporalidade. Ressalta que o campo da comunicação age sobre uma história do tempo passando, em que o presente atua como momento privilegiado das narrativas da comunicação, quer seja dos meios ou dos estudos da área, em um tempo presente que inclui o que está passando para trás (o presente-passado) e também o que está passando para frente (o presente-



futuro), enquanto a premissa da emergência do passado é tida como tempo absoluto da história.

Gadini e Adam (2019, p. 192) destacam que, “além de contar a vida de pessoas, a biografia também serve como um instrumento de resgate histórico do contexto onde o indivíduo está inserido. [...]”. Estende-se tal funcionalidade do perfil e da biografia para os demais produtos jornalísticos, os quais, ao registrar o passado de um indivíduo ou fato, também preservam a memória inserida em um coletivo, o que faz jus à proposição de Maurice Halbwachs, trazida à tona em publicação póstuma em 1950, sobre o que vêm a ser e como se formam as memórias coletiva e individual.

Halbwachs (1990) considera que nossas lembranças permanecem coletivas e nos são recordadas pelos outros, mesmo quando dizem respeito à acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que apenas nós vimos. O autor entende que nunca estamos sós, pois teríamos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas pertencentes ao nosso arcabouço social. Nossas vidas, afirma, estão colocadas na superfície dos corpos sociais e seguem dentro de suas revoluções, experimentando as repercussões de seus abalos.

O indivíduo participaria, portanto, de duas espécies de memórias, uma individual e uma coletiva, uma pessoal ou interior e uma social ou exterior, de forma que as lembranças podem se agrupar ora em torno de uma pessoa definida, que as considera sob seu olhar, ora distribuídas dentro de uma sociedade grande ou pequena, de onde são obtidas outras imagens parciais e impessoais (HALBWACHS, 1990).

Dessa forma, Halbwachs (1990) elucida que, para confirmar e precisar lembranças ou para preencher lacunas, a memória individual pode se apoiar sobre a memória coletiva. Esta, por sua vez, envolve as memórias individuais, porém não se confunde com elas. Tampouco se confundem memória e história. Explica Pierre Nora (1993, p. 9):

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e



laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Produtos jornalísticos, memórias coletivas e sentimento de identidade

Marcos Palacios (2010) ressalta que, perante a aceitação de uma distinção opostora entre história e memória, pode-se perceber o duplo lugar ocupado pelo jornalismo: como espaço vivo de produção da atualidade, lugar de agendamento imediato, e como lugar de memória, produtor de repositórios de registros sistemáticos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica.

As produções e as não-produções jornalísticas, a fala/texto/imagem/som e o silêncio, são igualmente relevantes nesse contexto. Ou seja, “[...] pode ser tão importante para a (re)construção histórica aquilo que se publica nos jornais e se diz no rádio e na TV, como aquilo que não se publica, que não se diz: o *dito* e o *interdito*”, afirma Palacios (2010, p. 40, grifo do autor). Fenômeno submetido a flutuações e mudanças constantes, a memória coletiva não é única; há, sim, memórias coletivas múltiplas (HALBACKS, 1990; POLLAK, 1992; NORA, 1993).

E como a memória é, por natureza, múltipla, coletiva, plural e individualizada, tantos passados relatados haverá quantos forem os relatos registrados: convergentes, conflitantes, contraditórios, a despeito de toda e qualquer pretensão de objetivismo e imparcialidade das deontologias jornalísticas vigentes. Como todo passado, o passado construído pela atividade jornalística nada tem de consensual: trata-se, pelo contrário, de universo de significados disputados conflitivamente (Appadurai, 1981), não existindo, portanto, harmonia de versões, nem tampouco história definitiva, versão fechada e acabada de fatos históricos. (PALACIOS, 2010, p. 41)

Nesse sentido, Pollak (1989;1992) abre novo ponto de reflexão para além da abordagem de Halbwachs (1990), que via a memória coletiva a partir de uma perspectiva que fundamentaria e reforçaria os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais, mas não a via como uma possibilidade de imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica.



A memória coletiva, em Halbwachs, reforçaria a coesão social não pela coerção, mas pela adesão afetiva à comunidade. Pollak, por sua vez, a partir de um viés construtivista, passa a se interessar pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias, destacando os momentos em que a memória entra em disputa.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p. 9)

A memória sofre flutuações em função do momento em que é articulada e em que está sendo expressa. Em outras palavras, as preocupações pessoais e políticas do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Esta, portanto fenômeno construído, pode ser constituída por modos de construção tanto conscientes quanto inconscientes (POLLAK, 1992).

Ao dar voz aos seus integrantes e privilegiar a análise de acontecimentos dos grupos marginalizados e minorias ou dos grupos dominantes, o jornalismo contribui, inclusive, para a formação de uma *memória oficial*, aquela que ocupará lugar de destaque na memória da nação. Cabe ao jornalismo fiel aos seus preceitos éticos o encargo de levar ao público narrativas verificáveis e polifônicas.

Quando apenas uma memória se sobressai em uma sabida multiplicidade de memórias, dá-se sua imposição uniformizadora e opressora (POLLAK, 1989). Reside aí, na contribuição para a concepção daquela que virá a ser a “identidade nacional”, outra grande importância dos processos constitutivo, de resgate, mantenedor ou reparador da memória coletiva.

Conflitos são instaurados para determinar quais datas, personagens e acontecimentos devem ser e se manter gravados na memória de um povo. A memória nacional, coletiva e organizada, constitui objeto de disputa. Além disso, “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”, conclui Pollak (1992, p. 204, grifo do autor).



Manuel Castells (1999, p. 22) entende por identidade “a fonte de significado e experiência de um povo”. E enfatiza que, para um determinado indivíduo ou para um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas, em uma pluralidade que é fonte de tensão e contradição, tanto na autorrepresentação quanto na ação social. A identidade dos atores sociais é vista como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. [...]”.

Stuart Hall (2007, p. 111- 112), alimentando-se da ideia de sutura e intersecção de Stephen Heath (1981 *apud* Hall, 2007), coloca as identidades como o resultado de uma bem-sucedida articulação ou fixação do sujeito ao fluxo do discurso. Traz a significação do termo identidade para o ponto de encontro entre “os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares” e “os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar’. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”.

Para Castells (1999), as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e são construídas por meio de um processo de individualização. Contudo, aponta que elas também podem ser formadas a partir de instituições dominantes, assumindo tal condição tão somente quando e se os atores sociais as internalizam, construindo, então, com base nessa internalização, seu significado. O autor destaca que toda e qualquer identidade, do ponto de vista sociológico, é construída e considera que a principal problemática nisto diz respeito a como, a partir de quê, por quem e para quê isso acontece. Explica:

[...] A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela *história*, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela *memória coletiva* e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. *Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades*, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. Avento aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem constrói a identidade coletiva, e para quê essa identidade é construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem. [...] (CASTELLS, 1999, p. 23-24, grifos meus)



Não se pretende, neste curto texto, debater os responsáveis pela ideia da identidade coletiva, por mais interessante que seja o assunto. Antes, coloca-se à luz a contribuição do jornalismo, em conjunto com outros propulsores, na construção de memórias coletivas tanto de grupos menores, como de grandes sociedades.

O próprio Maurice Halbwachs (1990), em seus escritos usados para teorizar sobre a memória coletiva, relata que acontecimentos dos quais afirmava, naquele momento, que se lembrava, reconhecia ter conhecido senão pelos jornais ou pelos depoimentos de participantes diretos. Tratavam-se de acontecimentos que ele mesmo não assistira, mas que ocupavam um lugar na memória da nação e, obrigado a confiar na memória de outrem, ele os invocava. Ponderava não os conhecer melhor, nem de outro modo, do que os acontecimentos que ocorreram antes que nascera. Conhecia-os por carregar consigo uma bagagem de lembranças históricas, passíveis de ampliação pela conversação ou pela leitura.

Esse tipo de acontecimento que deixa um traço profundo no pensamento nacional, segundo Halbwachs (1990), o faz não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste ainda muito viva nos indivíduos que delas conheceram pessoalmente as testemunhas, assim como em específico grupo, partido político, província, classe profissional ou família.

Pollak (1992, p. 201) enfatiza que “[...] podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação. Por quem esteve alheio ao acontecimento (no caso, o próprio Maurice Halbwachs), este é quase impossível de ser literalmente lembrado, mas pode ser imaginado, visto que, enquanto o indivíduo – e a memória – faz parte do grupo (seja ele pequeno ou toda a nação), nada daquilo que preocupou e transformou o grupo antes de que nele entrasse lhe é completamente estranho. É o que acontecia com Halbwachs e acontece com todos nós.

A conclusão a que direciona a união e embate das reflexões dos teóricos da memória é que, como afirma Pollak (1989, p. 13), “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”.



Ato narrativo como articulação entre o produto comunicacional e o histórico

Em entrevista a Götz e Cardoso (2015, p. 131), a pesquisadora Marialva Barbosa coloca que o lugar da comunicação na história é o mais absoluto, visto que são os atos de comunicação que perduram no tempo possibilitando a recuperação e a reinterpretação do passado. Através da comunicação, ela diz, é que se desenvolvem mecanismos para tentar compreender e explicar os processos humanos do contemporâneo, também repletos de comunicação. “[...] Sem a comunicação você certamente não é capaz de explicar o contemporâneo na sua complexidade e também sem a comunicação você não é capaz de explicar o passado. [...]”, afirma. Dentro desse espectro comunicacional, Ronaldo Henn (2006, p. 179) destaca o jornalismo:

Os dispositivos midiáticos formam hoje lugar privilegiado para os agenciamentos envolvendo a memória coletiva e, sobretudo, o enquadramento da memória. Constituindo-se em polos de convergência das dinâmicas sociais, as mídias (sobretudo as de caráter jornalístico) armazenam informações que se convertem em fontes para historiografia, como também recuperam acontecimentos pregressos podendo imprimir a eles novos enquadramentos. [...]

De acordo com Marialva Barbosa (2007; 2009), uma das questões principais de aproximação do produto do jornalismo do produto da história é que no ato comunicacional e no ato histórico produzem-se sempre atos narrativos. Em certo sentido, o jornalismo e a história ocupam-se do mesmo: as narrativas.

Assim, o jornalismo como a história contam histórias. Na História, o passado, seja remoto ou recente, próprio ou de outrem, é o relato. A história é uma história (HELLER, 1993, p. 71). Também o jornalismo é uma história, já que, se valendo de um sentido de tempo presente, conta histórias em relação a este nosso aqui agora. Contar uma história, acrescenta Heller (1993), significa estar no mundo. É dessa forma que se organiza a informação a respeito do mundo em que o evento ocorreu, podendo-se, a partir dessa organização, informar de modo coerente sobre o que, como e por que o evento ocorreu daquela forma. Se o jornalismo faz exatamente esse exercício, no desvendamento de sua ação interpretativa, o pesquisador deve recuperar na sua análise a questão da narratividade ou, como enfatiza Paul Ricoeur (1995), reflexões em torno do tempo de contar e do tempo contado. Ao relatar um acontecimento ou ao transformar um evento em acontecimento, a partir de sua publicização, o jornalismo instaura – tal como o texto ficcional também o faz – o mundo contado. (BARBOSA, 2007, p. 155-156)

Para Freitas e Benetti (2015), é preciso compreender, além da questão temporal, a questão narrativa para entender de que forma o jornalismo mantém vivo o passado, atua na construção do presente e na prospecção de um futuro. As autoras consideram que, entre todos



os discursos, o jornalismo assume um posto diferenciado no local de resgate dos acontecimentos transcorridos através da narrativa. Isto porque o jornalismo traz consigo um estatuto de compromisso com o factual.

[...] A relação entre memória e jornalismo apresenta uma responsabilidade de duas ordens – ora com a noção do real, ora com o conhecimento histórico. O compromisso com o real apontará à verossimilhança a partir do entendimento mimético apoiado no discurso realista, e o compromisso com o conhecimento histórico guiará as questões da memória coletiva, que estão atreladas às heranças e às formas de conferir sentidos ao que ocorre na atualidade. (FREITAS; BENETTI, 2015, p. 2)

Barbosa (*apud* PEREIRA, 2005) reflete que a questão da narrativa é o que produz a liga de articulação conceitual entre as duas disciplinas e que somente em aparência há diferenças entre comunicação e história, pois considera que dizer que a história se ocupa do passado não define a disciplina, assim como reconhecer a natureza eminentemente presentista da comunicação também não delimita a totalidade da área. Por mais que os enfoquem, nem a história se restringe apenas ao passado, nem a comunicação apenas ao presente.

Considerando a defesa da autora de que o que chega ao presente do passado são restos de atos comunicacionais da humanidade de outrora e que a história pode ser tida, além de disciplina, como reflexão sobre os atos humanos num processo temporal, observa-se que o objeto de análise dos historiadores vem a ser nada mais que atos de comunicação. Evidencia-se, assim, ainda mais a aproximação da história com a comunicação, área que também se ocupa dessas ações humanas transfiguradas em processos comunicacionais, os quais terminam estruturados em modos narrativos, tal qual ocorre nas análises históricas (BARBOSA *apud* PEREIRA, 2005).

Como dito, ao tornar público ou relegar ao anonimato determinado acontecimento, independentemente das variadas razões (ético-profissionais, comerciais, estruturais ou mesmo dos valores-notícia seguidos, entre outras), a prática jornalística faz uso de dispositivos de seleção, configuração narrativa, registro e difusão; em última instância, positiva ou negativamente, interfere na construção da memória coletiva das sociedades.

[...] Sendo conhecido o poder da narrativa na estruturação do tempo e da experiência, pode dizer-se que, a par da configuração narrativa dos acontecimentos, a seleção pelos media do que se entende marcar o presente e o passado constitui um mecanismo de construção da memória social. Desse modo, a prática jornalística do relato dos acontecimentos pode ser entendida como uma atividade que dá a conhecer, confere sentido e é uma prática de memória, porque retém e registra, e a



retenção e reprodução auxiliam a lembrança ou a recordação. Nessa medida, os media "fazem história", entrando no terreno da historiografia, e "fazem memória", participando e intervindo no processo de construção da memória coletiva. (BABO, 2018, p. 79, grifos da autora)

Media digitais e memória no mundo hiperconectado

Isabel Babo (2018, p. 92) questiona se nas interconexões das redes digitais, onde vigora uma hiperindustrialização da memória, na terminologia de Stiegler (2009 *apud* BABO, 2018), os quadros sociais da memória se esvaem ou persistem. A autora salienta que os *media* digitais, por serem caracterizados pela instantaneidade, velocidade, personalização e por suas novas formas de comunicação, disseminação e arquivo, alteram as relações de espaço e tempo, desmaterializam, desterritorializam e destemporalizam. Possuem grande poder arquivístico e rememorativo, “cujos efeitos produzem quer a dispersão e o alastramento das memórias, quer o enfraquecimento dos vínculos destas às significações e aos quadros sociais dos grupos”.

As reflexões pós-modernas de Babo (2018) vão de encontro às análises iniciais de Nora (1993) das alterações no caráter da memória no mundo moderno, que, então, já passara a priorizar a característica arquivística para combater o sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. [...] (NORA, 1993, p. 7)

Pierre Nora (1993, p. 14) apoia na aceleração da história e na vontade de continuidade o cume de um ponto eruptivo em que “a necessidade de memória é uma necessidade de história”. Refere-se a esse estado em que quanto menos a memória é vivida no interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis, tendência intensificada posteriormente com os avanços de uma humanidade hiperconectada como a atual. Palacios (2010, p. 37) pontua que

Nunca em tempos históricos nossa sociedade esteve tão envolvida e ocupada em processos de produção de memória; nunca o estoque de memória social esteve tão fácil e rapidamente disponível, e nunca esteve o jornalismo – enquanto prática social – tão centralmente localizado em meio a tudo isso.



Nesse contexto, os *media* digitais, mesmo que caracterizados pela instantaneidade e dissolubilidade dos tempos líquidos baumanianos, pela destemporalização e desmaterialização, fornecem novas possibilidades e capacidades de comunicação, divulgação e arquivo, com um alcance de disseminação inigualável. Dessa maneira, Babo (2018) chama a atenção para a ideia de que as produções jornalísticas em meios digitais contribuiriam, paradoxalmente, para instâncias, por um lado, de enfraquecimento e, por outro, de intensa construção da memória coletiva.

Considerações finais

Em variados suportes – digitais, radiofônico, televisivo ou impresso –, o trabalho jornalístico atua com três constantes: selecionando, averiguando e tornando públicos os acontecimentos e narrativas. O que a memória coletiva grava, armazena, exclui ou mantém é resultado de um processo de organização e construção, no qual o jornalista atua como importante organizador-construtor.

Vale salientar a *potência do sujeito de fazer memória*, porque a permanência no tempo passa a ser um dos desafios dos acontecimentos sociais. O jornalista, portanto, é um *sujeito capaz de construir memória*. A inscrição dos acontecimentos no jornalismo – uma prática discursiva que envolve as etapas de observação, interpretação e narração – é um dos modos de produzir a tessitura de uma memória. Ao trazer a figura do jornalista como intérprete da realidade, Cornu (1994) destaca que o jornalista não tem acesso à totalidade da realidade presente, uma vez que a realidade é composta por inúmeras lacunas. A função do jornalista é tentar organizar esses fragmentos do real – segmentados em acontecimentos vividos, discursos, testemunhos e relatos –, a fim de providenciar uma leitura do mundo que observa. (FREITAS; BENETTI, 2015, p. 7, grifos das autoras)

Os agenciamentos da memória por parte das narrativas jornalísticas são compreendidos por Camila Freitas e Marcia Benetti (2015, p. 9) a partir da ideia de que “o jornalismo atua na construção do presente e no relato de heranças passadas, a afim de que a sociedade compreenda a si na tessitura de sua história”. As autoras consideram que “a potencialidade de reconstrução discursiva do mundo” é um atributo necessário ao jornalista, profissional capacitado para narrar acontecimentos, evidenciando a pluralidade de discursos da sociedade, reconhecendo a alteridade, inscrevendo o homem em seu tempo,



hierarquizando, organizando e disponibilizando informações para o futuro, e, enfim, construindo memória.

Para compreender de que forma a prática jornalística mantém vivo o passado em seus textos, é interessante retomar a tríade do presente absoluto. No “tempo presente das coisas passadas”, a partir de uma compreensão histórica, tem-se o jornalismo explorando e retomando o que já ocorreu. No “presente das coisas presentes”, o fato é desvelado e inscrito como acontecimento em processo, aquilo que acontece agora e pode acontecer a todo momento. O “presente de coisas futuras” visa antecipar acontecimentos, o que permite fazer previsões e delinear cenários sociais. (FREITAS; BENETTI, 2015, p. 10, grifos das autoras)

Observa-se, além de sua relevância mnemônica enquanto atividade em curso, a inegável relevância do produto jornalístico enquanto lugar de registro verificado e arquivo das vivências passadas, assim como projetor de um futuro. A memória coletiva, seja de um pequeno grupo, de uma nação ou de toda a humanidade, é afetada pelo trabalho diário do comunicador social.

Mais ou menos preso à temporalidade, mais ou menos apegado à efemeridade do agora ou às lições do passado, mais ou menos livre em possibilidades arquivísticas e de alcance, mais ou menos consciente de sua capacidade e poder construtivos, em todas as suas formas, o jornalismo constitui um dos apoios, idealmente polifônico, que as sociedades têm para manutenção de suas memórias coletivas.

Referências

BABO, Isabel. Média, tempo e memória. *Vista*, n. 2, 2018, p. 77–95.

BACEGA, Maria Aparecida. Comunicação e Cultura. *Revista Comunicação & Educação*, n. 5, jan/abr, São Paulo: ECA/USP: Moderna, 1996, p. 7-12.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: confluências. *Interin*, v. 24, n. 2, jul./dez. 2019, p. 4-20.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. *Comunicação, mídia e consumo*, vol. 6, n. 16, São Paulo, jul. 2009, p.11-27.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação: uma história do tempo passando. *Revista Transversos*, n. 11, Rio de Janeiro, dez. 2017. p. 98-118.



BARBOSA, Marialva Carlos. Último percurso: a conexão jornalismo e história. In: _____. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007. p. 153-163.

BOSI, Ecléa. A opinião e o estereótipo. *Revista Contexto*, n. 2, São Paulo, mar. 1977, p. 97-104.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Camila; BENETTI, Marcia. A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM. *Resumos*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: Rio de Janeiro, set. 2015, 14p.

GADINI, Sérgio; ADAM, Felipe. A biografia como fonte histórica para o jornalismo brasileiro. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CULTURA: aproximações com memória e história oral. Maio 2019, p. 175-193.

GÖTZ, Ciro; CARDOSO, Jéferson. Memórias de ontem, hoje e amanhã: entrevista com Marialva Barbosa. *Sessões do imaginário*, v. 20, n. 34, Porto Alegre, 2015, p. 131-129.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 103-133.

HENN, Ronaldo. Direito à memória na semiosfera midiaticizada. *Revista Fronteiras: estudos midiáticos*, vol. 8, n. 3, Unisinos, set/dez. 2006, p.177-184.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. *Proj. História*, n. 10, São Paulo, dez. 1993, p. 7-28.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. *Matrizes*, ano 4, n. 1, São Paulo, jul./dez. 2010, p. 37-50.

PEREIRA, Ariane. Por uma história cultural da comunicação. Entrevista com Marialva Carlos Barbosa. In: *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)*, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2015, p. 105-109.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.